

2ª Sessão Pública Inaugural P3LP no próximo dia 12 de abril

by Inês Gromicho | 1 Abril 2016 15:05

Após a primeira sessão pública inaugural do Projeto P3LP – Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa, que decorreu esta semana na sede da AEP, em Matosinhos, a PPA (Parceria Portuguesa para a Água) vai realizar, no próximo dia 12 de abril, pelas 14H, nas instalações da Águas do Centro Litoral na ETA da Boavista, em Coimbra, a 2ª Sessão Pública Inaugural.

O Projecto P3LP – Pontes e Parceria nos Países de Língua Portuguesa visa reforçar a internacionalização do setor da água e a quota de mercado nos países lusófonos, contribuindo para o aumento das exportações e rendimentos provenientes do investimento direto no estrangeiro. O P3LP conta com um apoio de meio milhão de euros obtido no âmbito do Compete 2020. Com esta iniciativa, além de se alavancar a forte reputação e credibilidade das entidades gestoras de serviços de águas Portuguesas, pretende-se apoiar o incremento da competitividade internacional do tecido empresarial, com enfoque nas PME de base regional, explica a PPA.

O painel de abertura contará com a presença de Francisco Nunes Correia, presidente da PPA, e de Cláudio de Jesus, presidente da Águas do Centro Litoral.

Segue-se uma apresentação do projeto P3LP por Alexandra Serra, administradora da PPA e um balanço da internacionalização em 2015 por João Simão Pires, diretor executivo da PPA.

Por volta das 16H15 será tempo de debate, moderado por Fernando Ferreira, administrador da Efacec e da PPA, e que contará com a participação de Frederico Fernandes, presidente da Águas do Porto, miguel Carrinho, diretor administrativo e financeiro da Águas do Ribatejo, Alexandra Roeger, presidente da Esposende Ambiente, Américo Ferreira, administrador executivo da AdP internacional e José Santa Marta, diretor internacional da Aquapor.

Uma vez mais, a participação nesta sessão será livre de encargos mas sujeita a inscrição e confirmação prévias via o email geral@ppa.pt.

Source URL: <http://www.ambientemagazine.com/2a-sessao-publica-inaugural-p3lp-no-proximo-dia-12-de-abril/>

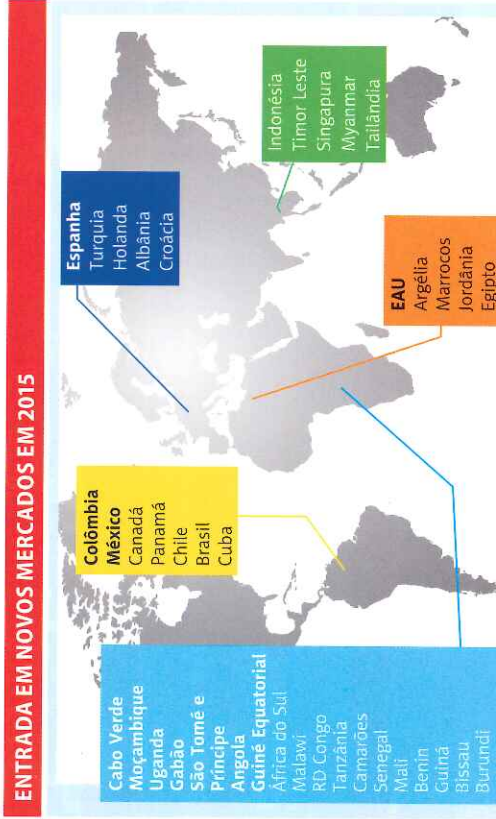
Sector da água abranda internacionalização

Ainda assim, cerca de metade das 96 entidades que participaram no inquérito anual promovido pela Parceria Portuguesa para a Água iniciaram em 2015 actividade num novo mercado geográfico.

O volume de negócios internacional das empresas do *cluster* da água ascendeu a 870 milhões de euros em 2015, o que corresponde a cerca de 39 por cento da actividade destas empresas. Este é um dos resultados do Balanço de Internacionalização do Cluster Português da Água – 2015, efectuado pela Parceria Portuguesa para a Água junto dos seus associados. Ainda assim, face aos dois anos anteriores, a PPA identifica sinais de uma “tímida recuperação do nível de actividade global”, a par de “algum abrandamento do grau de internacionalização” do *cluster* português da água.

O universo abrangido engloba 96 empresas e centros de investigação a que corresponde um volume de negócios de 1,7 biliões de euros e um total de cerca de 17,5 mil colaboradores. Saliente-se, no entanto, que o volume de negócios dos participantes relacionado com a água corresponde a 500 milhões de euros.

Trinta e oito por cento dos inquiridos sinalaram um crescimento na actividade global em 2015 e 44 por cento viram crescer a actividade internacional. Ainda as-



Nota: Múltiplas respostas surgem assinaladas a negrito

Fonte: PPA, 2016

sim, para a maioria das empresas (32 por cento), a actividade internacional em 2015 sofreu um crescimento moderado (32 por cento), o que reflecte uma evolução mais favorável do negócio fora de Portugal. O mercado internacional “continua a ser muito importante”, analisa Francisco Nunes Correia, presidente da PPA, mas registou-se uma subida do mercado interno, alimentada pelo novo ciclo de

aconselha Francisco Nunes Correia. Dezassete por cento das entidades participantes conseguiram, em 2015, internacionalizar novas linhas de serviço ou produto e cerca de metade iniciaram actividade num novo mercado geográfico. Entre os novos mercados com maior número de respostas estão alguns “suspeitos do costume” – Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe ou Angola –, mas também países como Uganda, Gabão ou Guiné Equatorial.

Por outro lado, “este é um mercado essencialmente alimentado por dinheiros públicos”, observa ainda o presidente da PPA. Metade dos inquiridos admitem ter participado em concursos internacionais no último ano, a maioria dos quais incidindo na África subsariana ou no Magrebe. O *cluster* da água já representa cerca de um quinto do número de contratos adjudicados a empresas portuguesas e 12 por cento do valor total adjudicado no período 2007-2014. Entre as entidades contratantes, regista-se uma maior predominância do Banco Mundial.

Joana Filipe

zeben[®]

sistemas eletrónicos

Visite o
nosso novo
website

Portugal investe no setor da água em economias emergentes

Pequeno auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), acolheu, no dia 27 de janeiro, a conferência “O setor da água em economias emergentes euroasiáticas: Geórgia, Montenegro, Tajiquistão e Sérvia, promovida pela Parceria Portuguesa para a Água (PPA).

A Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) realizou recentemente Avaliações de Desempenho Ambiental (EPR - Environmental Performance Reviews) a estes mercados, enquadrados na sua área de intervenção, que tiveram como principal motivação reforçar a integração das políticas ambientais e de desenvolvimento socio económico, promovendo a cooperação com a comunidade internacional neste domínio.

A PPA participou nestas missões da UNECE à Geórgia, Montenegro, Tajiquistão e Sérvia, assegurando o domínio temático da Água, através da presença de peritos e técnicos de empresas associadas da PPA.

Ana Katila Ribeiro, da Águas de Portugal Internacional, e que faz parte deste projeto, salientou que “as taxas de cobertura na Geórgia são muito baixas” e que, por isso, foi criado pelo governo deste país “uma entidade que tem como objetivo servir 100% da população urbana com serviços de abastecimento e de saneamento”. Já no Tajiquistão,



Antoine Nunes, Carlos Raposo, Ana Katila

referiu, que “60% das infraestruturas necessitam de obras de operação e manutenção e que quase 30 estão fora de funcionamento”. “O património em termos de serviços de água do Tajiquistão é uma situação muito problemática”, reforçou.

Ana Katila Ribeiro explicou, ainda, que na Geórgia “não há uma estratégia específica para o setor, não existem programas ou políticas que permitam a gestão dos recursos hídricos e de abastecimento de águas e águas residuais”. “No caso do Tajiquistão, “são profícuos na produção de leis e de resoluções e ordens técnicas”. “Só desde 2010 já foram aprovadas mais de onze leis relacionadas com o setor da água. A reforma mais importante deu-se em

2013, quando foi criado o Ministério da Energia e dos Recursos Hídricos”, disse.

“Como não existem políticas de gestão dos recursos hídricos e como não existem mecanismos de alocação, com um aumento expectável das alterações climáticas e da crescente deflorestação que se verifica é possível que a questão da escassez da água verificada se torne mais problemática”, alertou, também.

O presidente do LNEC, Carlos Pina, disse que este projeto “é uma forma de promover a imagem do setor da água português nestes países e, dessa forma, contribuir para a internacionalização das nossas empresas”. “Daquilo que conhecemos destes países, achamos que Portugal os pode ajudar muito”, frisou. Da mesma opinião é Carlos Raposo, diretor de Projetos & Tecnologia, Sisaqua (Grupo Consulgal), que salientou que “estes países são interessantes para entrarmos com ideias”.

No evento estiveram, ainda, presentes, o presidente da PPA, a diretora da AICEP Portugal Global, o embaixador da Sérvia em Portugal e o embaixador da Geórgia em Portugal.

Oliver Antic, embaixador da Sérvia em Portugal, lembrou que nesta região “92% da população tem acesso a água potável”. “Sabemos a grande importância da água e demos por nós a procurar por soluções para este setor. Na Sérvia temos uma água de alta qualidade”, destacou. 



Carlos Pina, Melo Baptista, Pedro Liberato, Embaixador da Sérvia e embaixador Da Geórgia

A internacionalização do setor das águas

Atualidade - 4

*PT traça estratégia global
para tornar as cidades
portuguesas mais
"inteligentes"*

Atualidade - 6

*COP21 foi um
"bom ensaio geral"
nos Green Project Awards*

Eventos - 12

*Green Business Week: "Um
motor de empreendedorismo
e negócios"*

Águas - 16

*Águas do Ribatejo:
Um modelo
com provas dadas*

Águas - 19

*Aquapor: Propostas de
serviços completas, credíveis
e sólidas*

Resíduos - 20

*Valorpeu: 2015: o ano de
recordes de reciclagem de
pneus*

Francisco Nunes Correia é uma autoridade no setor das águas em Portugal. Um dos "experts" que colocou a sua experiência, visão e conhecimento ao serviço do setor em Portugal, mas não só.

A criação da Parceria Portuguesa para a Água não foi uma iniciativa inédita na Europa mas, por outro lado, constituiu uma iniciativa inédita em Portugal, face a outros setores. Sem complexidades, olhou-se para as melhores práticas do que se fazia internacionalmente e adaptou-se a Portugal um modelo que visa unir os esforços de empresas públicas, privadas e mistas para melhor trabalharem a internacionalização, não só nos países de língua oficial portuguesa, como na restante área do globo.

Francisco Nunes Correia foi um dos primeiros impulsionadores desta associação, à qual preside desde a sua fundação. Em entrevista a Ambiente Magazine, o responsável dá conta do que tem sido feito nos últimos anos, quais os projetos que se seguem e qual o segredo para uma maior progressão das empresas no setor das águas a nível mundial.

Como autoridade e especialista, o entrevistado destaca ainda outras temáticas cuja atenção é primordial para o futuro do país

ao nível do setor das águas. A percepção de Francisco Nunes Correia é de que chegou a hora de se olhar de outro modo para os recursos hídricos. Citando: "Os recursos hídricos estão por trás de tudo o que são utilizações setoriais e são relevantes de uma forma transversal para todas elas. Quando abrimos a torneira em nossas casa, temos de perceber que aquela água vem de um ponto de captação e, depois de utilizada, é lançada num ponto de rejeição. O uso que fazemos dessa água está em competição com a água para outros usos como a agricultura, a energia, e os próprios ecossistemas. Uma boa gestão da água obriga-nos a ter uma visão global e integrada de todos esses usos e a dirimir conflitos reais ou potenciais entre eles".

FICHA TÉCNICA

Administradora Teresa Fernandes / Editor Pedro Chenrim / Redacção Rute Elias, Raquel Pedrosa Loureiro / Colaboração Sofia Cristino / Fotografia Raquel Wise / Sede, Administração, Redacção, Publicidade ATM - Edições e Publicidade, Lda - Av. Infante Santo, 343 - r/c esq. 1350 - 177 Lisboa Tel.: 213 954 110 / Fax: 213 953 070 Email redacção: atm.ambitur@mail.telepac.pt Email comercial: comercial.ambitur@mail.telepac.pt / Impressão MX3 - Artes Gráficas, Lda Tiragem 5.500 exemplares / distribuição A.T.M. - Edições e Publicidade, Lda. Tel.: 213 954 110 / site www.ambientemagazine.com / Inscrição na Direcção de Comunicação Social sob o nº 117614 com dep. legal 214712 / Quadrimestral - ISN 0872-2714

Tratamento de REEF

“Faz sentido que a gestão da água seja feita por espaços geográficos”

O presidente da Parceria Portuguesa para a Água (PPA), Francisco Nunes Correia, explicou, em entrevista à *Ambiente Magazine*, quais os objetivos e principais atividades desenvolvidas pela Parceria desde 2011. No que toca aos desafios da gestão da água em Portugal, Francisco Nunes Correia destaca a falta de atenção que é dada aos recursos hídricos, afirmando existe um problema de “governança clássica” que “é a relação harmoniosa ou de conflito entre o espaço físico e o espaço das estruturas político-administrativas”.

A Parceria Portuguesa para a Água foi criada em 2011. Com que objetivos?

A ideia de criar a parceria aparece mais cedo, surge em 2009 quando Portugal teve uma presença muito importante no Fórum Mundial da Água que teve lugar em Istambul, nesse ano. Foram mobilizados muitas pessoas, alguns recursos e a presença de portuguesa foi muito forte e interessante. Participaram perto de cem especialistas, vindos de vários organismos da administração pública, de universidades, câmaras municipais e empresas. Na altura eu estava em funções ministeriais e pareceu-me interessante, face à importância que o setor tem em Portugal, desenvolver iniciativas que projetassem o mais possível este setor a nível nacional e internacional. Quando tudo isso acabou colocou-se a questão: o que fazer desta mobilização e desta capacidade de colaboração entre entidades tão distintas? Olhando para a Europa, verificámos que havia já algumas parcerias para a água em vários países europeus, como na Alemanha, Holanda e França e pensámos assim criar uma Parceria Portuguesa para a Água.

Lançou-se um grupo de trabalho para estudar o que essas parcerias faziam. Entretanto eu saí do governo, em outubro de 2009 e a minha sucessora no Ministério do Ambiente, a engenheira

Dulce Pássaro, deu continuidade ao projeto e em 2010 convidou-me para presidir a uma comissão instaladora. Fui apanhado de surpresa, mas fiquei encantado com a possibilidade de poder dar continuidade a esta ideia. A escritura de criação formal da parceria foi feita em junho de 2011, quase coincidindo com a mudança de governo. Apresentámos o projeto ao novo governo e recebemos da parte da então ministra Assunção Cristas um grande encorajamento para prosseguirmos.

“Quando se fala em água toda a gente pensa na torneira, ou seja, nos serviços de água. Contudo, todos sabemos que a água é muito mais do que isso”

A Parceria Portuguesa para a Água é uma entidade da sociedade civil, embora participem nela entidades públicas e privadas. Temos cerca de 120 membros e apesar de sermos completamente independentes do Governo, consideramos que a nossa atividade é de interesse público e portanto, à semelhança do que acontece com outras parcerias noutros países, entendemos que nos devemos articular com os poderes públicos. Por isso, temos tido sempre a preocupação de manter uma relação construtiva com todos os governos.

Qual a missão da PPA?

O grande foco e objetivo da parceria, que representa 80 a 90% da nossa atividade, é ao serviço da internacionalização do setor português da água. Acreditamos que este setor em Portugal conseguiu uma notoriedade bastante grande com os muitos sucessos (e alguns insucessos) que nos ensinaram muito, fazendo com que Portugal tenha ganho nestes últimos anos uma grande experiência, disseminada por entidades públicas, empresas privadas, entidades gestoras, universidades e associações profissionais. Há um tecido bastante especializado no domínio da água, já com uma considerável capacidade de internacionalização e, portanto, a PPA tem como grande desígnio potenciar essa capacidade.

Será realista dizer que Portugal poderia multiplicar, daqui a cinco/dez anos, a sua presença no mundo no setor da água?

Acredito que sim. A crise que se instalou em Portugal levou as empresas a serem mais ousadas, a darem mais atenção mais à componente internacional. O grande problema que existe é um problema de escala. Muitas das empresas portuguesas têm uma escala muito pequena e a internacionalização “à séria” é um processo caro, tem de haver um grande primeiro investimento,

as empresas têm de se instalar nos mercados e estabelecer uma rede de contactos e isso é muito caro. É claro que há algumas empresas portuguesas de maior dimensão que conseguiram esse processo, mas são poucas. Esta questão remete para o que nós por vezes chamamos a estratégia do “porta aviões”. O que defendemos é que as empresas mais pequenas, algumas delas de tecnologia muito sofisticada e reconhecida, têm que se associar a outras empresas maiores. Se forem portuguesas tanto melhor, se forem estrangeiras tudo bem, um dia poderão ser portuguesas. Trata-se, portanto, de procurar consórcios para poder participar e colaborar com empresas maiores, porventura internacionais, com maior capacidade de acederem aos mercados globais, a que chamamos “porta aviões”.

Qual o balanço que faz da atividade da associação até à data?

Faço um balanço positivo. Há muitas atividades que temos desenvolvido de forma continuada. Uma das mais importantes, e que os associados valorizam muito, é a divulgação periódica de oportunidades nos mercados internacionais. Ou seja, a Parceria Portuguesa para a Água acompanha tudo o que são concursos, lançados diretamente pelas instituições financeiras internacionais ou

“Faz sentido que a gestão da água seja feita por espaços geográficos”

O presidente da Parceria Portuguesa para a Água (PPA), Francisco Nunes Correia, explicou, em entrevista à Ambiente Magazine, quais os objetivos e principais atividades desenvolvidas pela Parceria desde 2011. No que toca aos desafios da gestão da água em Portugal, Francisco Nunes Correia destaca a falta de atenção que é dada aos recursos hídricos, afirmando existe um problema de “governança clássica” que “é a relação harmoniosa ou de conflito entre o espaço físico e o espaço das estruturas político-administrativas”.

A Parceria Portuguesa para a Água foi criada em 2011. Com que objetivos?

A ideia de criar a parceria aparece mais cedo, surge em 2009 quando Portugal teve uma presença muito importante no Fórum Mundial da Água que teve lugar em Istambul, nesse ano. Foram mobilizados muitas pessoas, alguns recursos e a presença de portuguesa foi muito forte e interessante. Participaram perto de cem especialistas, vindos de vários organismos da administração pública, de universidades, câmaras municipais e empresas. Na altura eu estava em funções ministeriais e pareceu-me interessante, face à importância que o setor tem em Portugal, desenvolver iniciativas que projetassem o mais possível este setor a nível nacional e internacional. Quando tudo isso acabou colocou-se a questão: o que fazer desta mobilização e desta capacidade de colaboração entre entidades tão distintas? Olhando para a Europa, verificámos que havia já algumas parcerias para a água em vários países europeus, como na Alemanha, Holanda e França e pensámos assim criar uma Parceria Portuguesa para a Água.

Lançou-se um grupo de trabalho para estudar o que essas parcerias faziam. Entretanto eu saí do governo, em outubro de 2009 e a minha sucessora no Ministério do Ambiente, a engenheira

Dulce Pássaro, deu continuidade ao projeto e em 2010 convidou-me para presidir a uma comissão instaladora. Fui apanhado de surpresa, mas fiquei encantado com a possibilidade de poder dar continuidade a esta ideia. A escritura de criação formal da parceria foi feita em junho de 2011, quase coincidindo com a mudança de governo. Apresentámos o projeto ao novo governo e recebemos da parte da então ministra Assunção Cristas um grande encorajamento para prosseguirmos.

“Quando se fala em água toda a gente pensa na torneira, ou seja, nos serviços de água. Contudo, todos sabemos que a água é muito mais do que isso”

A Parceria Portuguesa para a Água é uma entidade da sociedade civil, embora participem nela entidades públicas e privadas. Temos cerca de 120 membros e apesar de sermos completamente independentes do Governo, consideramos que a nossa atividade é de interesse público e portanto, à semelhança do que acontece com outras parcerias noutros países, entendemos que nos devemos articular com os poderes públicos. Por isso, temos tido sempre a preocupação de manter uma relação construtiva com todos os governos.

Qual a missão da PPA?

O grande foco e objetivo da parceria, que representa 80 a 90% da nossa atividade, é ao serviço da internacionalização do setor português da água. Acreditamos que este setor em Portugal conseguiu uma notoriedade bastante grande com os muitos sucessos (e alguns insucessos) que nos ensinaram muito, fazendo com que Portugal tenha ganho nestes últimos anos uma grande experiência, disseminada por entidades públicas, empresas privadas, entidades gestoras, universidades e associações profissionais. Há um tecido bastante especializado no domínio da água, já com uma considerável capacidade de internacionalização e, portanto, a PPA tem como grande desígnio potenciar essa capacidade.

Será realista dizer que Portugal poderia multiplicar, daqui a cinco/dez anos, a sua presença no mundo no setor da água?

Acredito que sim. A crise que se instalou em Portugal levou as empresas a serem mais ousadas, a darem mais atenção mais à componente internacional. O grande problema que existe é um problema de escala. Muitas das empresas portuguesas têm uma escala muito pequena e a internacionalização “à séria” é um processo caro, tem de haver um grande primeiro investimento,

as empresas têm de se instalar nos mercados e estabelecer uma rede de contactos e isso é muito caro. É claro que há algumas empresas portuguesas de maior dimensão que conseguiram esse processo, mas são poucas. Esta questão remete para o que nós por vezes chamamos a estratégia do «porta aviões». O que defendemos é que as empresas mais pequenas, algumas delas de tecnologia muito sofisticada e reconhecida, têm que se associar a outras empresas maiores. Se forem portuguesas tanto melhor, se forem estrangeiras tudo bem, um dia poderão ser portuguesas. Trata-se, portanto, de procurar consórcios para poder participar e colaborar com empresas maiores, porventura internacionais, com maior capacidade de acederem aos mercados globais, a que chamamos «porta aviões».

Qual o balanço que faz da atividade da associação até à data?

Faço um balanço positivo. Há muitas atividades que temos desenvolvido de forma continuada. Uma das mais importantes, e que os associados valorizam muito, é a divulgação periódica de oportunidades nos mercados internacionais. Ou seja, a Parceria Portuguesa para a Água acompanha tudo o que são concursos, lançados diretamente pelas instituições financeiras internacionais ou

pelos vários países. Em alguns casos, embora raramente, ajudamos os associados a consorciarem-se para poder acorrer a essas oportunidades. Acompanhamos também por dentro algumas das iniciativas que são feitas, sobretudo a nível europeu, que são muito relevantes para o setor, por exemplo, a European Innovation Partnership on Water, criada há cerca de dois anos pela Comissão Europeia; a Water Governance Initiative, criada pela OCDE; a Water Supply and Sanitation Technology Platform. São coisas muito im-

centemente, aprovada a vossa candidatura no âmbito do Portugal 2020 para a criação de uma plataforma que visa discutir oportunidades relativas à transferência de conhecimento e capacitação técnica entre instituições do mundo da água nos países de língua portuguesa. Qual a importância deste projeto?

Não posso deixar de falar de dois projetos que apresentámos ao COMPETE, um já concluído no QREN anterior chamado «Água Global», de-

“missões inversas”, ou seja, trazer dirigentes e quadros qualificados desses países a Portugal para verem como se faz, participarem em ações de capacitação, e desenvolverem laços de relacionamento, o que não é de pouca importância. O projeto inicia-se formalmente com uma sessão agendada para o auditório da AEP em Leça da Palmeira, no próximo dia 29 de março, às 14.30.

Quais os objetivos da PPA a curto e longo prazo?



portantes para Portugal, para que não fiquemos esquecidos lá no fundo da Europa e estejamos em plena sintonia com o mundo. Recebemos muitas vezes em colaboração com o Ministério, delegações que vêm a Portugal, desde a China à Albânia, passando pela Alemanha, explicando como é o setor português da água e ajudamos a organizar visitas a empresas e a instalações. Temos contribuído para assegurar também a presença de Portugal nos World Water Forums, os maiores eventos dedicados ao setor, dando a conhecer o que se faz no nosso País.

No que respeita aos países da CPLP foi, re-

senvolvido em colaboração com a Associação Empresarial de Portugal (AEP) que permitiu fazer o levantamento, por um lado, de oito mercados relevantes para as nossas empresas, por outro lado, das capacidades portuguesas para dar resposta às exigências dos mercados internacionais. Neste novo ciclo de fundos comunitários, apresentámos uma candidatura ao Portugal 2020 que foi também bem sucedida. O projeto, que vai ter lugar em 2016/2017, chama-se P3LP – Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa, e é desenvolvido em conjunto com a APEMETA. É muito centrado no setor da água nos PALOP e muito orientado para aquilo que chamamos

O grande foco é a internacionalização. Em alguns casos, acompanhamos também de muito perto o macro-ordenamento do setor em Portugal e vamos chamando a atenção do governo para alguns aspetos que nos parecem importantes, ou seja, não descuidamos a realidade interna e vamos-nos posicionando em relação a questões relevantes e que sejam bastante consensuais para o setor, como, por exemplo, a forma de utilizar os fundos comunitários. Eu diria, contudo, que 80 a 90% da nossa atividade é dirigida para a internacionalização do setor.

Apesar do foco na internacionalização, a

que outros setores se dedica a Parceria?

Infelizmente em Portugal, nos anos recentes quando se fala em água toda a gente pensa na "torneira", ou seja, nos serviços de água. Contudo, todos sabemos que a água é muito mais do que isso. O ciclo urbano da água é muito importante em termos sociais e económicos mas é apenas cerca de 15% do uso dos recursos hídricos. Na PPA consideramos que existem cinco áreas principais: os recursos hídricos, os serviços de água, as questões costeiras, os aproveitamentos de fins múltiplos e, finalmente mas de grande importância, a governança. No entanto, devo reconhecer que destas cinco áreas aquela que movimenta mais o interesse e a disponibilidade dos membros da PPA acaba por ser a dos serviços de água porque se trata de um setor de grande relevância económica e social e com uma forte ligação ao mundo empresarial. Em qualquer caso, procuramos nunca esquecer que este é um setor entre os cinco a que a PPA se dedica.

A área dos recursos hídricos acaba por ser a menos falada em Portugal, mas uma das mais importantes para o futuro do país...

Não tenho a mais pequena dúvida e vejo com alguma pena o assunto hoje ser pouco discutido em Portugal. Os recursos hídricos estão por trás de tudo o que são utilizações setoriais e são relevantes de uma forma transversal para todas elas. Quando abrimos a torneira em nossas casas, temos de perceber que aquela água vem de um ponto de captação e, depois de utilizada, é lançada num ponto de rejeição. O uso que fazemos dessa água está em competição com a água para outros usos como a agricultura, a energia, e os próprios ecossistemas. Uma boa gestão da água obriga-nos a ter uma visão global e integrada de todos esses usos e a dirimir conflitos reais ou potenciais entre eles.

Este assunto deveria ser posto em cima da mesa?

Exatamente, essa natureza transversal da água e a forma como ela deve ser gerida é da maior importância, sobretudo de um ponto de vista estratégico. No que se refere à gestão dos recursos hídricos, há um problema de governança clássico e bastante complexo que é a relação harmoniosa ou de conflito entre o espaço físico mais adequado para a gestão, a bacia hidrográfica, e o espaço das estruturas político-administrativas que, como é óbvio, têm uma configuração territorial distinta. Faz sentido que a gestão da água seja feita por espaços geográficos onde as leis da natureza fazem com que uma qualquer ação num dado

local tenha consequências num outro local. Isto gera uma "solidariedade objetiva", ou seja, se eu poluo aqui, a captação a jusante fica afetada. A gestão dos recursos hídricos tem precisamente a ver com essa dimensão dos problemas muito transversal, envolvendo vários usos, e permitindo compatibilizar utilizações diversas, incluindo as dimensões ambientais para que o recurso esteja disponível de forma sustentável. Isto conduz-nos à necessidade de uma gestão por bacia que, aliás, está consagrada a nível internacional como a melhor abordagem. Contudo, por outro lado, temos estruturas político-administrativas, que têm legitimidade democrática e que têm desejavelmente uma palavra a dizer sobre a forma como o recurso deve ser gerido. É necessário compatibilizar estas duas malhas territoriais, a física e a político-administrativa, ou seja, no caso de Portugal, a gestão por bacias com a participação dos municípios e das CCDR's. Claro que nos Açores e na Madeira a questão não se coloca da mesma forma porque o que faz sentido é a gestão ser feita por ilha e os Governos Regionais têm jurisdição sobre todas elas. Esse é um dos grandes desafios da governança da água em Portugal e em muitos países.

Qual o atual ponto de situação do país no campo dos serviços de água?

Portugal nas últimas décadas deu passos de gigante e os portugueses nem sempre se apercebem disso. Eu sou daqueles que teve o gosto de ter ouvido, em setembro de 2010, em Montreal no Congresso da International Water Association (IWA) perante cerca de cinco mil pessoas, o Diretor Executivo desta prestigiada associação internacional, falar no "portuguese miracle". E isto deve-se, entre outras coisas, ao razoável consenso político que tem existido em torno deste setor, o que infelizmente é raro em Portugal. Há uma reforma de fundo que teve início em 1992/3, era ministra a Dr.^a Teresa Gouveia. Nessa altura foi criada a Águas de Portugal e foram lançadas as primeiras empresas multimunicipais que são, afinal, uma enorme parceria pública-pública que envolve o Estado e cerca de 200 municípios com o objetivo de estruturar o setor da água. Até aos anos 90, este setor estava totalmente fragmentado, havia alguns milhares

de sistemas autónomos municipais, ou mesmo a nível de freguesia. A exceção era a EPAL que tinha uma escala considerável, mas tudo o resto era estritamente municipal, sendo que em muitos casos cada município tinha vários pequenos sistemas. Daí até hoje, o essencial destas linhas de orientação manteve-se. Níveis de atendimento que nos anos 90 eram baixíssimos, hoje atingem valores de cerca de 98%, no que diz respeito ao abastecimento de água, e com a qualidade controlada pela ERSAR. No que se refere ao tratamento de efluentes, os níveis de atendimento eram da ordem dos 20% e hoje são cerca de 80%. A ERSAR desempenhou neste processo um papel muito importante, por um lado, de autoridade bastante firme perante as entidades gestoras, sendo muito delas municipais, mas ao mesmo tempo uma autoridade que ajudou, fez pedagogia, desenvolveu ações de formação. O governo anterior promoveu fusões de empresas multimunicipais de uma forma que me pareceu muito unilateral, esquecendo que em todos estes sistemas havia co-acionistas, as câmaras municipais, que foram parceiros em todo este processo. Com efeito, a Águas de Portugal têm uma relação de co-acionista com cerca de 200 municípios em Portugal. Na generalidade dos casos, as empresas multimunicipais são empresas regionais para captação e tratamento de água potável que depois os municípios distribuem. No que se refere às águas residuais, os municípios recolhem-nas e conduzem-nas a grandes sistemas de tratamento que também são geridos por empresas multimunicipais. Não devemos esquecer que uma das razões dos imensos progressos feitos em Portugal nos últimos 20 ou 25 anos foi a capacidade de articular dois níveis de poder, o central e o local, criando uma imensa parceria entre eles. É certo que o Estado é maioritário nas empresas multimunicipais, tipicamente com 51% e os municípios com 49%, mas isso não significa que o Estado deva pôr e dispor destas empresas, quer no plano político quer no plano empresarial, ignorando que a chave do sucesso foi precisamente o espírito de parceria. Melhorar a eficiência é legítimo e desejável e sem dúvida que as fusões podem dar um contributo para alcançar esse objetivo. Mas isso não pode e não deve ser feito fora de um razoável consenso com os parcei-

“Os recursos hídricos estão por trás de tudo o que são utilizações setoriais. Quando abrimos a torneira em nossas casas, temos de perceber que aquela água vem de um ponto de captação e, depois de utilizada, é lançada num ponto de rejeição...”

ros municipais.

É uma questão que este governo terá de consensualizar?

É, sem dúvida, e foram já anunciadas algumas medidas. O governo no seu programa era prudente porque não dizia que ia desfazer completamente as empresas que resultaram das fusões, mas dizia que ia rever o processo atendendo aos casos em que os municípios exprimiram grande desacordo. A minha opinião pessoal é que em termos puramente de benchmarking empresarial, isto é, de eficiência técnico - económica, a fusão pode fazer sentido. Mas é preciso reconhecer que este grande projeto desenvolvido ao longo de mais de 20 anos e que teve resultados tão positivos e reconhecidos internacionalmente não é só é um projeto de eficácia técnico - económica, é acima de tudo um projeto com importantes dimensões políticas, em que o Estado se associou com 200 municípios para construir todo este sistema e fez isso sempre numa base de considerável consenso.

A eficiência continua a ser uma das grandes preocupações desta área? Continuamos a desperdiçar muita água? (serviços de água)

Falemos de uma forma mais abrangente de algumas das principais prioridades do setor. Entre os problemas que se colocam na atualidade, falta completar aquilo que podemos chamar a universalização do acesso. Portugal ainda tem algumas manchas em quantidade ou qualidade mal abastecidas, tanto no que se refere ao abastecimento como ao saneamento de águas residuais. É certo que em algumas regiões do país existem grandes dificuldades. É o caso sobretudo de regiões montanhosas e/ou com habitat muito disperso. Portanto, é preciso olhar para as franjas

“Há um problema de governança clássico e bastante complexo que é a relação harmoniosa ou de conflito entre o espaço físico mais adequado para a gestão, a bacia hidrográfica, e o espaço das estruturas político-administrativas que, como é óbvio, têm uma configuração territorial distinta”



que Portugal ainda tem de mau abastecimento em quantidade e qualidade. Nesses casos penso que é preciso dar maior atenção a soluções de baixo custo. A ideia que tudo tem de ser feito com sistemas de grande dimensão e muito integrados pode não ser a melhor e não corresponde ao que tem sido feito em outros países. O anterior PEA-ASAR refere explicitamente as soluções de baixo custo para essas franjas de atendimento. Como é sabido, o atendimento per capita é cada vez mais caro à medida que nos aproximamos dos 100%. É preciso pensar em soluções alternativas que hoje existem de grande qualidade, tanto no abastecimento de água como no tratamento de efluentes. É preciso haver uma cultura de diversificação de soluções. A engenharia está a mudar de paradigma em vários domínios e julgo que neste também. Por exemplo, hoje dá-se tanta atenção à reabilitação como à construção de novos edifícios e infraestruturas. No setor da água pode ser adequado em muitos casos transitar de uma lógica de grandes sistemas para pequenos sistemas distribuídos, alguns deles até com autonomia energética. Não pretendo sugerir que adotemos soluções de terceiro mundo, mas hoje há

soluções sofisticadas que se aplicam a grandes programas promovidos pelas instituições internacionais para a universalização do acesso à água que se baseiam, em soluções descentralizadas, para habitações isoladas ou pequenos aglomerados e que têm autonomia energética. Portanto, à medida que nos aproximamos de um maior nível de cobertura temos que olhar para soluções mais dispersas e de custo menor do que construir grandes infraestruturas.

A qualidade dos serviços tem melhorado muito em Portugal mas com certeza ainda é preciso dar passos nesse sentido. A grande questão depois, efetivamente, é a eficiência. Eu não creio que ela seja assim tão má, mas pode e deve ser melhorada e o regulador tem aí, seguramente, uma palavra a dizer. O problema mais sério é o das perdas de água nas redes. Em redes antigas isso é compreensível e, em larga medida, inevitável. Em redes construídas recentemente, a situação em alguns casos é bastante grave e prejudica a economia da exploração. Portugal tem tecnologia sofisticada para a deteção e reparação de fugas. É preciso pô-la ao serviço da resolução deste problema. ●

Financiamento de infraestruturas de água para cidades africanas em debate

by Inês Gromicho | 7 Junho 2016 14:32

A PPA (Parceria Portuguesa para a Água) e a AdP – Águas de Portugal estão a organizar em parceria a Conferência “Financiamento de infraestruturas sustentáveis de abastecimento de água e saneamento para cidades africanas inclusivas e resilientes”, que se irá realizar dia 15 de junho (4.^a feira), na Sala 1 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, das 14:30 às 18:00.

Na iniciativa saliente-se a intervenção de fundo de Alexander Bakalian, responsável do Banco Mundial para Água e Saneamento na África Ocidental, seguindo-se uma mesa redonda com destacados responsáveis setoriais de Marrocos, Costa do Marfim, República Democrática do Congo e Angola. O debate será antecedido de um comentário às intervenções a cargo de Jaime Barragan, Diretor de Água e Saneamento do BEI – Banco Europeu de Investimentos. A sessão será conduzida em francês.

Source URL: <http://www.ambientemagazine.com/financiamento-de-infraestruturas-de-agua-para-cidades-africanas-em-debate/>

Copyright ©2017 **Ambiente Magazine** unless otherwise noted.

Guiné-Bissau inicia hoje visitas dos responsáveis lusófonos das águas a Portugal

by Inês Gromicho | 4 Julho 2016 13:42

O presidente da Parceria Portuguesa para a Água (PPA) disse hoje, no arranque de uma visita de responsáveis da Guiné-Bissau, que a lusofonia é uma vantagem para as empresas nacionais quando vão a concursos internacionais. “As empresas portuguesas mostram particular empenho em receber os seus congéneres lusófonos, principalmente os que já estão nesses mercados, porque beneficiam da dimensão dos afetos”, disse Francisco Nunes Correia à Lusa, no arranque da deslocação de um conjunto de responsáveis da Guiné-Bissau a Portugal, para uma visita a vários organismos e infraestruturas no setor da água.

“Claro que, na hora da verdade, os concursos são internacionais e o financiamento é do Banco Mundial ou do Banco Africano para o Desenvolvimento, mas a relação entre colegas e a proximidade linguística são muito importantes, e é isso que queremos potenciar com esta visita”, acrescentou o antigo ministro do Ambiente.

Source URL: <http://www.ambientemagazine.com/guine-bissau-inicia-hoje-visitas-dos-responsaveis-lusofonos-das-aguas-a-portugal/>

Copyright ©2017 **Ambiente Magazine** unless otherwise noted.

IWA organiza conferência “Infrastructure Asset Management and Utility Bankability” no Chile em 2017

by Inês Gromicho | 26 Abril 2016 11:52

De 26 a 28 de abril de 2017 realiza-se, em Santiago do Chile, a conferência “Infrastructure Asset Management and Utility Bankability”, organizado pelo International Water Association (IWA) Asset Management Specialist Group, pelo IWA Statistics and Economics Specialist Group e pela Universidade Católica do Chile. A PPA (Parceria Portuguesa para a Água) decidiu associar-se a esta iniciativa dada a “relevância global do tema da gestão patrimonial de infraestruturas para operadores de infraestruturas de serviços de águas, reguladores, consultores e académicos”.

A PPA revela que o “First Announcement and Call for Papers” tem como primeiro prazo a data de 15 de agosto de 2016.

Entre os principais temas a abordar, destaque para o planeamento estratégico financeiro de serviços de água urbanos, gestão de risco, avaliação da performance das infraestruturas de água e tomada de decisão, avaliação do custo do ciclo de vida (dados e metodologias), entre outros.

Source URL: <http://www.ambientemagazine.com/iwa-organiza-conferencia-infrastructure-asset-management-and-utility-bankability-no-chile-em-2017/>

Copyright ©2017 **Ambiente Magazine** unless otherwise noted.

FRANCISCO NUNES CORREIA
Presidente da PPA -
Parceria Portuguesa
para a Água



1 A mudança mais relevante é o retomar de um espírito de parceria com os Municípios relativamente aos serviços de água. Os progressos conseguidos em Portugal assentaram numa enorme Parceria-Pública-Pública em que o Estado, através das Águas de Portugal, se associou a cerca de 200 municípios para atingir níveis de desenvolvimento de que nos devemos orgulhar. A abordagem unilateral e algo prepotente do anterior governo não poderia conduzir a bons resultados e ameaçou pôr em risco o a convergência entre dois níveis de poder naquilo que a OCDE designa por abordagem "multinível". Claro que é necessário assegurar a sustentabilidade financeira dos sistemas. Mas existem outras formas de o conseguir, nomeadamente as que já eram preconizadas no PEASAAR 2007-2013. As fusões podem fazer sentido, mas têm de ser consensualizadas e encaradas por todas as partes como um processo *win-win*.

2 O alargamento a todo o País do modelo das empresas multimunicipais, apesar do seu enorme mérito, não poderia deixar de colocar problemas de sustentabilidade porque as regiões de baixa densidade têm maior dificuldade em suportar plenamente os custos de investimento e operação. Este problema tem soluções viáveis já consideradas num passado não muito distante, como a mobilização de um "Fundo de Coesão Municipal" ou a eventual criação de um "Fundo de Equilíbrio Tarifário", para além dum continuado esforço para reduzir custos operacionais. Ou seja, a perequação não tem de ser feita necessariamente através de fusões contra a vontade dos acionistas municipais.

2 Um problema pouco refletido na agenda política desde 2011 é o da articulação entre os serviços de água e a gestão dos recursos hídricos. Os serviços de água, pela sua relevância social, e por serem impulsionados por um setor empresarial dinâmico, tornaram-se o tema prevalecente na agenda política, fazendo esquecer a gestão dum recurso que é indispensável para todas as atividades económicas, essencial para a produção de energia, suporte de todos os ecossistemas, e que está na origem de desastres naturais com são as cheias ou as secas. Com a extinção ou subalternização das ARHs e do INAG, o Conselho Nacional da Água é a única entidade pública que sobrevive tendo na designação a palavra "Água" no seu sentido mais lato. O argumento de que esta situação permite uma melhor integração na política de ambiente não é credível e contraria as tendências recentes a nível mundial, nomeadamente no âmbito das Nações Unidas, da União Europeia ou da OCDE. A médio prazo o enfraquecimento de uma gestão transversal e integrada dos recursos hídricos acabará por ser prejudicial para todos os setores utilizadores e introduzirá níveis acrescidos de conflitualidade, sobretudo em situações de escassez.

TITO ROSA

Presidente da LPN - Liga para a Proteção da



1 Não se pode considerar como uma mudança, mas sim uma continuidade expectável, todavia, como se trata de um marco importante, registamos como facto mais significativo dos tempos mais recentes a assinatura dos Acordos de Paris relativamente ao clima, os quais, apesar de terem metas e objectivos por vezes relativamente irrealistas, assinalam uma maior perceção dos Estados de todo o Mundo para a perigosidade de insistir com modelos de desenvolvimento que colocam em causa a segurança da vida na Terra. Também porque estes Acordos trouxeram à solução e ao compromisso os países com maior envolvimento e maior impacto no clima, mercê dos níveis de desenvolvimento das suas economias, os EUA e a China.

2 O principal desafio do futuro é perceber que os riscos associados à degradação ambiental e do clima estão diretamente ligados à forma como tratamos os ecossistemas e que para os recuperar é necessário fazer muito mais. Não basta parar ou substituir, é preciso gerir dando-lhes mais valor. Intrinsecamente associado a este ponto crítico está o dar passos seguros na adoção de comportamentos quotidianos menos predadores de recursos ou geradores de padrões de consumo insustentáveis. Há um enorme desafio a fazer, muitas vezes esquecido ou subestimado, na área da sensibilização e educação, as-

sim como
mais equi
recuperaç

3 Realça
cas ambi
ou gerem
intervêm,
esta muita
to" que fic
na afetaçã
efetiva pro
irrepetíveis
Percebe-s
pode nunc
cado nem
talista à pr
dos capita
a não ser
humildade
resses não
públicos, q
das priorida
cundarizam
dos valores
co (uma vez
Estado para
definição e g

JAIME MELO BAPTISTA

Investigador e coordenador do Departamento de H
Ambiente do LNEC - Laboratório Nacional de Eng



1 A revisitação das agregações dos sistemas multimunicipais em alta e as agregações dos sistemas municipais em baixa marcam a situação atual, e desejo que ambas tenham sucesso, pois a estabilização da configuração dos sistemas é urgente. É tão importante aproveitar as economias de escala das agregações como evitar a sua utilização indiscriminada, como parecia estar a acontecer. Há que fazer um balanço em cada caso concreto entre economias e deseconomias de escala, função dos consumos e da dispersão da população a servir. E não deve servir para encobrir faltas de eficiência operacional. Tem, além disso, de decorrer de forma transparente e participada para que todos percebam o racional e as economias obtidas.

2 Sem dúvida a melhoria da eficiência e da sustentabilidade económica e financeira dos serviços de águas. Há que assegurar uma postura de racio-

nalidade, pond
para consolida
serviços essen
do ambiente e

3 Há várias, n
um programa
ção de recursos
Portugal cerca
de águas. Se a
superiores e qu
de conhecimento
em capacitar 30
neste segmento
a necessária mu
em estratégia, ge
to, ciências socia

O que
vida da

Aquilo
desen

E o qu
elevac

O fl

Parcerias para o desenvolvimento, em língua portuguesa

Alexandra Serra
Parceria Portuguesa para a Água

O acesso universal à água e ao saneamento são objetivos globais, independentemente de culturas, credos ou geografias. Não apenas porque são essenciais à vida e à dignidade humana, mas também porque estão na base do desenvolvimento económico e social das nações. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015 – 2030, aprovados na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, sublinham bem a sua relevância e os objetivos relacionados com a água são agora promovidos para a 1ª linha de preocupações.



P3LP
Pontes e Parcerias nos Serviços de Água e Saneamento

Neste novo quadro de objetivos, fixou-se 2030 como meta temporal para a universalização do acesso à água e ao saneamento em todo o mundo. Uma meta ambiciosa mas imperativa. Nas diferentes regiões do mundo, as entidades gestoras destes serviços têm um papel relevante para que seja possível alcançá-la. E para isso é necessário garantir uma gestão profissionalizada e sustentável, bem capacitada, que incorpore os princípios de boa governança e as melhores práticas de gestão operacional, comercial, financeira, social e ambiental.

A pressão para melhorar o desempenho e as competências técnicas, de gestão e de organização das entidades gestoras em todas as regiões do mundo é grande. E os diagnósticos são consensuais, a capacitação das instituições e dos seus recursos humanos é uma prioridade!

Melhorar, através de processos de aprendizagem conduzidos com instituições congêneres, numa relação de parceria assente em planos de ação desenhados em conjunto, é provavelmente a forma mais eficaz e rápida de ganhar maturidade e alcançar os níveis de desempenho exigidos. Estes processos de capacitação conjunta configuram verdadeiras parcerias para o desenvolvimento, no espírito subjacente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

E parcerias para o desenvolvimento fazem parte da genética da Parceria Portuguesa para a Água (PPA). Desde logo, no seu modelo de governo, que procura envolver proativamente todos os agentes nacionais, públicos ou privados, empresariais ou académicos e associativos, numa parceria coletiva onde todos possam ganhar, orientada para a internacionalização do setor português da água. Por outro lado, um dos deveres da PPA é procurar direcionar a sua ação no sentido de dar resposta às necessidades dos associados, em função das suas prioridades ou expectativas. **Foi assim que nasceu a plataforma P3LP (Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa).**

Recuando a 2013, no ENEG – Encontro Nacional de Entidades Gestoras, realizado em Coim-

bra, a PPA organizou uma sessão de divulgação da Global Water Operators Partnerships Alliance (GWOPA), uma rede global lançada pelas Nações Unidas (UN-Habitat) em 2008 com o principal objetivo de dinamizar a criação de parcerias entre operadores dos serviços de águas em todo o mundo. Um dos responsáveis desta rede apresentou as atividades da GWOPA e exemplos concretos de parcerias existentes entre operadores de serviços de água, as designadas WOP. Na sequência desta sessão, vários operadores nacionais manifestaram vontade de conhecer melhor estas iniciativas e a PPA aderiu oficialmente à rede GWOPA.

Este ano, em maio, a Águas do Porto e a PPA organizaram em conjunto uma conferência cujo lema era precisamente estabelecer pontes e parcerias entre os países de língua portuguesa e discutir os temas da água para o desenvolvimento das nações. A mesma culminaria na apresentação pública, pelo então presidente da Águas do Porto, Eng. Matos Fernandes, da *"Declaração do Porto sobre a Água para o Desenvolvimento"*. Com efeito, o clima de partilha de experiências e de debate sobre os caminhos futuros nos vários países lusófonos presentes na conferência excedeu todas as expectativas e, no final deste evento, ambas as entidades organizadoras concordaram em que o valor gerado nesta conferência não poderia terminar ali. E assim, na sessão de encerramento, o presidente da PPA, Prof. Nunes Correia, anunciou o lançamento de uma plataforma para facilitar projetos de capacitação conjunta e de troca de experiências entre instituições dos países lusófonos. E simbolicamente, o nome desta plataforma aproveitou o acrónimo da conferência do Porto: P3LP (Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa).

O que é a P3LP? É uma plataforma institucional e empresarial, constituída por entidades públicas e privadas, com o principal objetivo de facilitar e promover parcerias lusófonas centradas na partilha de experiências e na divulgação do conhecimento nos temas da água nos países de língua portuguesa. Em Portugal, qualquer membro da Parceria Portuguesa para a Água pode integrar a P3LP. Nos restan-

tes países da CPLP, pode fazer parte da plataforma qualquer instituição pública ou privada com responsabilidades no setor da água, que queira estabelecer uma parceria que se enquadre no espírito da P3LP.

Desde maio, a PPA tem vindo a trabalhar em diversas frentes para que esta plataforma seja um instrumento vocacionado para apoiar a criação de parcerias lusófonas e que, paralelamente, contribua para a geração de valor nos processos de internacionalização do setor português da água.

Em setembro, a PPA marcou presença no 3.º congresso mundial da GWOPA em Barcelona e foi convidada pela organização a participar no workshop de formação sobre parcerias entre operadores dos serviços de águas dirigido a entidades gestoras da península ibérica. Estiveram presentes gestores de vários operadores públicos portugueses, nomeadamente da Águas do Ribatejo, da Águas do Algarve, da Águas do Porto, da EPAL e da Águas do Centro Litoral. Foi um marco importante nestes primeiros passos da P3LP, porque para além do que se aprendeu e dos contactos internacionais estabelecidos, os representantes das entidades gestoras portuguesas reforçaram o seu interesse e motivação para iniciar parcerias com congéneres de outros países.

O financiamento desta plataforma é um aspeto crítico. Por isso, em outubro, no âmbito do Portugal 2020, foi apresentada uma candidatura ao programa Operacional Competitividade e Internacionalização (Compete 2020), para alavancar a atividade da plataforma P3LP através de comparticipação no financiamento de iniciativas centrais para o reforço de ligações com as instituições da água dos países africanos de língua portuguesa. O sucesso da

candidatura será um passo importante para o desenvolvimento desta plataforma.

No início de dezembro, no ENEG, a PPA realizou a primeira divulgação pública da plataforma P3LP, numa sessão que contou com a participação de altos responsáveis do setor da água de Angola, e em que ficou patente o enorme potencial das parcerias P3LP, quer para as entidades que beneficiam, quer para as entidades mentoras.

Para agilizar a atuação desta plataforma, a PPA criou um grupo de trabalho com a responsabilidade de operacionalizar a estratégia da P3LP. Este grupo de trabalho irá, nomeadamente, gerir e divulgar informação sobre as iniciativas P3LP, dar apoio a todos os que pretendem montar parcerias e ajudar a identificar soluções de financiamento. É um grupo de trabalho aberto a todos membros da PPA que queiram participar.

Que tipo de iniciativas podem ser parcerias P3LP? A título de exemplo, parcerias P3LP poderão ser: (i) ações de capacitação *on-the-job* centradas em determinados temas técnicos definidos pelos parceiros, (ii) seminários de curta duração sobre temas de interesse das instituições, (iii) missões técnicas de profissionais de instituições públicas ou privadas acolhidas por congéneres com experiência relevante para partilhar, (iv) programas de formação e (v) *workshops* periódicos de análise e discussão sobre a evolução do setor da água nos diferentes países lusófonos.

Por outro lado, uma parceria P3LP deve configurar um projeto de capacitação entre pares, com benefícios para todos os parceiros, baseado em confiança mútua e sem fins lucrativos. Deve obedecer a um planeamento predefinido, ter metas claras definidas e deve ter uma

abordagem orientada para resultados. Deve pautar-se por princípios de boa governança, designadamente transparência, integridade e prestação de contas. E, *last but not least*, deve contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Esquemáticamente, o processo de preparação de uma parceria P3LP envolve os quatro passos descritos no esquema abaixo apresentado. São ações com uma duração que pode variar entre 3 a 12 meses, em que o principal investimento é o custo de oportunidade da dedicação dos quadros técnicos que ambos parceiros afetam à iniciativa e em que os custos financeiros diretos consistem essencialmente nas despesas de viagens e alojamento. A P3LP não se limita aos serviços de águas. O âmbito de intervenção da P3LP alarga-se a outros domínios, como por exemplo a gestão de recursos hídricos, água e agricultura, gestão de zonas costeiras, aproveitamentos hidráulicos e governança. No fundo, trata-se dos principais domínios de intervenção temática da própria PPA. Nesse sentido, instituições da administração pública, centros de investigação, associações do setor e outras entidades empresariais serão parte integrante do universo de atuação da plataforma P3LP. A P3LP é mais uma iniciativa da PPA centrada no reforço da internacionalização do setor português da água. Irá desenvolver mecanismos que facilitem a ligação entre o que cada instituição procura e o que as outras instituições aderentes possuem, de modo a "casar" a oferta com a procura, em língua portuguesa, num contexto de criação de valor para todas as partes, potenciando todo o conhecimento e experiência da cadeia de valor do setor da água nacional. **IA**



A P3LP É MAIS
UMA INICIATIVA DA
PPA CENTRADA
NO REFORÇO DA
INTERNACIONALIZAÇÃO
DO SETOR PORTUGUÊS
DA ÁGUA.



Portugal investe no setor da água em economias emergentes euroasiáticas

by Inês Gromicho | 27 Janeiro 2016 16:25

Decorreu, esta manhã, no pequeno auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a conferência “O setor da água em economias emergentes euroasiáticas: Geórgia, Montenegro, Tajiquistão e Sérvia”, promovida pela Parceria Portuguesa para a Água (PPA).

A Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) realizou recentemente Avaliações de Desempenho Ambiental (EPR – Environmental Performance Reviews) a estes mercados, enquadrados na sua área de intervenção, que tiveram como principal motivação reforçar a integração das políticas ambientais e de desenvolvimento socio económico, promovendo a cooperação com a comunidade internacional neste domínio.

A PPA participou nestas missões da UNECE a estas regiões, assegurando o domínio temático da Água, através da presença de peritos e técnicos de empresas associadas da PPA.

O presidente do LNEC, Carlos Pina, disse, esta manhã, que esta “é uma forma de promover a imagem do setor da água português nestes países e, dessa forma, contribuir para a internacionalização das nossas empresas”. “Daquilo que conhecemos destes países, achamos que Portugal os pode ajudar muito”, frisou. Da mesma opinião é Carlos Raposo, diretor de Projetos & Tecnologia, Sisaqua (Grupo Consulgal), que salientou que “estes países são interessantes para entrarmos com ideias”.

No evento estiveram, ainda, presentes, o presidente da PPA, a diretora da AICEP Portugal Global, o embaixador da Sérvia em Portugal e o embaixador da Geórgia em Portugal.

Source URL: <http://www.ambientemagazine.com/portugal-investe-no-setor-da-agua-em-economias-emergentes-euroasiaticas/>

Copyright ©2017 **Ambiente Magazine** unless otherwise noted.

CONSTRUÇÃO

ENGENHARIA

ARQUITECTURA

IMOBILIÁRIO

MATERIAIS

OPINIÃO

PLUS

LOGIN

PORTUGAL RECEBE TÉCNICOS SÃO-TOMENSES NO ÂMBITO DO P3LP

Por *Construir* a 26 de Setembro de 2016



A Parceria Portuguesa para a Água (PPA) anunciou que a segunda missão inversa P3LP acolherá gestores e técnicos de São Tomé e Príncipe, realizando-se, de forma repartida, em Lisboa e Porto, entre 17 e 21 de Outubro.

O projecto P3LP, promovido pela PPA, com financiamento comunitário, assenta num conjunto de missões inversas, no âmbito das quais são seleccionados técnicos estrangeiros para se deslocarem a Portugal numa lógica de capacitação e formação profissional. Nesta edição, a EPAL e a Águas do Porto são as entidades de acolhimento.

"Com esta iniciativa, Portugal tem particular gosto em receber técnicos e responsáveis dos países irmãos para com eles partilhar experiências nos planos técnico e institucional", refere a PPA, em nota enviada ao Construir. A delegação são-tomense será apresentada numa sessão desingada de "Seminário P3LP – São Tomé e Príncipe e o sector da água", no dia 18 de Outubro, no Porto.

Parceria Portuguesa para a Água

Tweet

G+

Pin It

Like 2

Share

DEIXE AQUI O SEU COMENTÁRIO

O seu endereço de email não será publicado. Campos obrigatórios marcados com *

Comentário

Nome *

Email *

Website

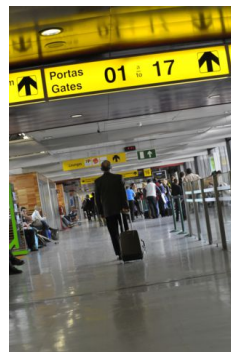
Publicar comentário

CONSTRUIR PLUS



PORTELA + MONTIJO É "SOLUÇÃO ECONOMICAMENTE COMPORTÁVEL PARA O ESTADO"

Do ponto de vista económico-financeiro, "Portela + Montijo" é uma solução "...



Armário v
A solução versáti



MAP ENGENHARIA DEFENDE Celeridade nos licenciamentos e benefícios fiscais à reabilitação

Fundadores da MAP Engenharia, José Rui Meneses e Castro e Diogo Abecassis destac...



EDIÇÕES DIGITAIS

"A REABILITAÇÃO PROFUNDA É MUITO DIFERENTE DA REABILITAÇÃO SUPERFICIAL"

Ao ReCONSTRUIR, o presidente executivo da Casais assegura que "a reabilitaç...



PUB

ÚLTIMAS

M

PORTELA + MONTIJO É "ECONOMICAMENTE COMPORTÁVEL PARA O ESTADO"

10 Abril 2017

VIEIRA DO MINHO AVANÇA REQUALIFICAÇÃO DA SERRA DE VIEIRA DE ARAÚJO

10 Abril 2017



REABILITAÇÃO NA EDIÇÃO CONSTRUIR
Na edição assinante para o ali...
inteiramente Reabilitaç...
apresenta

CONSTRUÇÃO ENGENHARIA ARQUITECTURA IMOBILIÁRIO MATERIAIS OPINIÃO PLUS LOGIN

PRIMEIRA MISSÃO P3LP DA PPA DESTINADA A TÉCNICOS DA GUINÉ-BISSAU

Por *Construir* a 28 de Junho de 2016



A primeira missão inversa P3LP, organizada pela Parceria Pública para a Água (PPA) decorrerá entre os dias 4 e 8 de Julho, repartida entre Lisboa e Coimbra.

No âmbito desta missão, vários gestores e técnicos da Guiné-Bissau participarão na iniciativa, com o objectivo de partilhar experiências com os técnicos portugueses, nos planos técnico e institucional.

Será realizada uma sessão de apresentação desta delegação, designada de Seminário P3LP – Guiné-Bissau e o sector da água, no dia 5 de Julho, no Auditório da ETA da Boavista na Águas do Centro Litoral, em Coimbra.

O evento contará com as participações de Francisco Nunes Correia, presidente da PPA, Nelson Geada, presidente da Águas do Centro Litoral, e Cláudio de Jesus, administrador da Águas de Portugal, que liderarão o painel de abertura.

Daí, o evento partirá para o painel dedicado ao tema “Guiné-Bissau e o sector da água”, acolhendo as participações de Inussa Baldé, director da Direcção Geral de Recursos Hídricos do Ministério da Energia e dos Recursos Naturais, bem como da conselheira técnica Muminatu Jaló, do mesmo Ministério.

A última parte do programa prevê apresentações de Cristina Delerue, em representação do centro de investigação REQUIMTE/LAQV-GRAQ, que abordará o problema dos poluentes emergentes e a sua presença em águas superficiais e águas residuais, e de Paulo Elísio, director de operação e manutenção da Águas da Região de Aveiro, que dissertará sobre a gestão de redes urbanas de água e saneamento.

PPA

Tweet



Pin It

Like 2

Share

DEIXE AQUI O SEU COMENTÁRIO

O seu endereço de email não será publicado. Campos obrigatórios marcados com *

Comentário

Nome *

Email *

Website

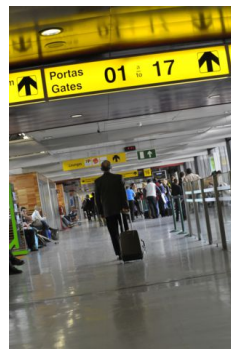
Publicar comentário

CONSTRUIR PLUS



PORTELA + MONTIJO É “SOLUÇÃO ECONOMICAMENTE COMPORTÁVEL PARA O ESTADO”

Do ponto de vista económico-financeiro, “Portela + Montijo” é uma solução “...



MAP ENGENHARIA DEFENDE Celeridade nos licenciamentos e benefícios fiscais à reabilitação

Fundadores da MAP Engenharia, José Rui Meneses e Castro e Diogo Abecassis destac...



“A REABILITAÇÃO PROFUNDA É MUITO DIFERENTE DA REABILITAÇÃO SUPERFICIAL”

Ao ReCONSTRUIR, o presidente executivo da Casais assegura que “a reabilita...



PUB



EDIÇÕES DIGITAIS



REABILIT.
NA EDIÇÃO
CONSTRUIR
Na edição
assinante
para o ali
inteirame
Reabilitaç
apresent

ÚLTIMAS

M

PORTELA + MONTIJO É “ECONOMICAMENTE COMPORTÁVEL PARA O ESTADO”

10 Abril 2017

VIEIRA DO MINHO AVANÇA REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DE VIEIRA DE ARAÚJO

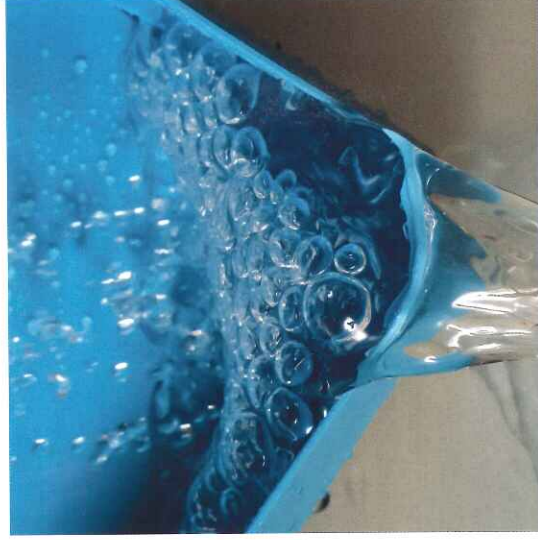
10 Abril 2017

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE OFERECE OPORTUNIDADES ÀS EMPRESAS PORTUGUESAS

ESTUDO DA PARCERIA PORTUGUESA PARA A ÁGUA REVELA VÁRIAS LACUNAS. FUNDO DE 28 MILHÕES DE EUROS VAI FINANCIAR OBRAS NO PAÍS NOS DOMÍNIOS DA ÁGUA, SANEAMENTO E AGRICULTURA ATÉ 2020.

Persistem lacunas no setor da água em São Tomé e Príncipe que se podem configurar como oportunidades de investimento para empresas portuguesas, segundo os resultados preliminares de um estudo realizado pela Parceria Portuguesa para a Água (PPA). "As autoridades nacionais têm levado a cabo enormes investimentos no setor, com vista a garantir o abastecimento de água, em quantidade e qualidade, a toda a população. No entanto, continuam a persistir enormes dificuldades de acesso à água por parte da maioria da população", é explicado no relatório "São Tomé e Príncipe: Diagnóstico de Necessidades e Gaps de Capacidades nas Entidades Gestoras de Serviços de Águas". Até ao fim do ano, a PPA planeia concluir os estudos e concretizar potenciais estratégias de combate a estes problemas. Alguns dos fatores que explicam estas dificuldades incluem a inexistência de uma política de água para o setor, assim como de planos de segurança de água, a falta de gestão de águas pluviais, e uma redução da sensibilização dos decisores e da população em geral para a problemática do setor. Infra-estruturas antigas e degradadas, insuficiência de contadores aos clientes, inexistência de cadastro das redes e de sistemas de informação geográfica, ou a não recolha e tratamento de águas residuais também contribuem para o problema, segundo o estudo.

Devido a estas lacunas, a própria União Europeia (UE) atribuiu este ano o 11.º Fundo Europeu de Investimento (FED) ao Governo são-tomense. O investimento de



EM 2018, ESTARÃO EM PORTUGAL REPRESENTANTES DE CABO VERDE, ANGOLA E MOÇAMBIQUE

cerca de 28 milhões de euros destina-se a financiar obras nos domínios da água, saneamento e agricultura até 2020.

Este estudo foi realizado no âmbito do projeto P3LP – Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa que nasceu há cerca de oito meses. O projeto está focado na avaliação de mercados e oportunidades, de estudos. A primeira diz respeito a oportunidades de financiamento associados à Europaid, a agência

da União Europeia para a cooperação fora da UE, enquanto os outros dois se centram no diagnóstico de necessidades das entidades gestoras nos países de língua oficial portuguesa, bem como em novos mercados-alvo dentro deste universo.

MISSÕES INVERSA PARA 2018

Simultaneamente, a PPA já organizou duas missões inversas, tendo recebido delegações da Guiné Bissau e de São Tomé e Príncipe, e vai ainda realizar mais três até meados de 2018, em que vai receber Cabo Verde, Angola e Moçambique. A ideia destas missões inversas é que empresas portuguesas fiquem a perceber quais as necessidades de cada país para poderem apresentar projetos adequados às necessidades específicas.

"Quando existe uma missão clássica externa, temos empresas portuguesas em número limitado que vão a determinado mercado e procuram fazer contactos. Tem o seu valor, é importante e importa manter, mas trazendo as pessoas cá, não só conseguimos expor 50 ou 60 empresas a representantes desse mercado, como eles estão cá com a atenção quase a 100% focada em nós", realça o diretor executivo da PPA, João Simão Pires.

As missões são abertas a qualquer empresa do setor da água que esteja interessada em participar e os seminários são públicos.

LEONOR MATEUS FERREIRA

GOVERNO QUER ÁGUAS PLUVIAIS AO NÍVEL DO ABASTECIMENTO E SANEAMENTO

O Ministro do Ambiente defende que as águas pluviais devem ser geridas em conjunto com o abastecimento de

ECONOMIAS DE ESCALA

Esta abordagem implica a necessidade de elaboração

O setor da gresso not mais releva equipa e p da Adminis instrument pios Portu Conseguir rios dispon do investir tar e repet a que pert deu neste desenvolv de vida do O setor da encontranc por todo o a alta e a conquista do investin